

## **CAMPESINATO E CAPITALISMO: Território em disputa na comunidade Boa Esperança/Frutal (MG)**

Heitor Nascimento Mendes<sup>1</sup>  
Marcelo Cervo Chelotti<sup>2</sup>

### **Resumo**

Diante da incorporação de tecnologia, ciência e informação no campo brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século XX, observamos novas (re)organizações territoriais no espaço rural do país, estabelecidas pela relação entre a lógica corporativa empregada pelo agronegócio e o campesinato. Concomitante a esse processo, tem-se o fortalecimento da produção e uso do etanol por parte do Estado, levando ao avanço do setor sucroenergético e a formação de novos Complexos Agroindustriais canavieiros no país, como é o caso da região Centro-Sul. O presente texto tem como objetivo apresentar as primeiras etapas de um estudo realizado na Comunidade Boa Esperança/Frutal (MG), analisando a conjuntura que possibilitou a nova dinâmica observada no município, e as primeiras constatações acerca das estratégias da atividade camponesa na comunidade frente à atuação do setor sucroenergético, a partir da operação da Usina Cerradão Ltda., no ano de 2009.

**Palavras-chave:** Campesinato, Complexo Agroindustrial, território.

### **Introdução**

Pensar o campesinato à luz do desenvolvimento e reprodução do capitalismo no campo, sempre foi algo presente nos estudos acadêmicos e nos esforços em compreender as metamorfoses e as lógicas empregadas por ambos os lados diante dessa relação conflituosa.

De um lado, concepções as quais acreditam na impossibilidade de sobrevivência do camponês dentro de uma unidade produtiva a qual caminha o modo de produção capitalista, representado pelos marxistas clássicos, e de outro, aquelas que apontam para a necessidade de existência do campesinato e de atividades ditas “não capitalistas” no cerne de sua acumulação, algo bastante presente nas concepções atuais. Todo esse leque nos demonstra a grande diferenciação analítica em relação à concomitância reprodutiva desses dois modelos, bem como a complexidade das disputas territoriais a partir desse embate.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia/PPGeo/UFU. Bolsista CAPES/CNPQ. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA. heitor1001@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente do PPGeo. Membro do Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG. mcervochelelotti@gmail.com

Pressupõe-se que o camponês é ou deve sê-lo detentor de uma consciência que, apesar de não se expressar de forma igualitária diante de suas diversas formas de reprodução, o coloca como representante de uma classe distinta das outras encontradas no campo, como o capitalista ou o trabalhador assalariado. Ele expressa – deliberadamente – uma reprodução alternativa ao capital, que o sustenta e resiste.

Em meados da década de 1970, a partir da reestruturação produtiva no campo, ocorrida majoritariamente em países latino-americanos, africanos e asiáticos, que incorporou ciência, tecnologia e informação aos sistemas produtivos e reorganizou a produção, ocorreram grandes transformações espaciais que delimitaram ainda mais as possibilidades de reprodução dos camponeses. No Brasil, esse processo aconteceu com grande força no Cerrado, com a “correção” dos solos e a disseminação do meio técnico-científico-informacional no campo.

A região Central do Brasil, que apresenta áreas de Cerrado com diversas fitofisionomias e particularidades em relação a sua formação socioespacial, constituiu uma das últimas fronteiras agrícolas do país. Uma degradação severa desse bioma a partir das novas práticas e técnicas utilizadas, que teve como resultado uma modernização dolorosa, nos dizeres de Graziano da Silva (1980), para muitos sujeitos do campo. O modelo ascendente introduziu um novo tempo e interferiu diretamente nas relações sociais e nos modos de vida da atividade camponesa da região.

Analisar a produção do território e de novas territorialidades diante do embate entre a atividade camponesa e a atuação do setor agroindustrial no Cerrado, nos possibilita identificar as especificidades dessa disputa a partir da constituição dos *fronts* agrícolas (acepção de movimento), como proposto por Frederico (2010) visto que as diversas expressões do camponês em todo território nacional se diferenciam, e o caso da região central do Brasil merece um olhar atento à reprodução de alguns setores do agronegócio e suas consequências sociais, econômicas e ambientais.

Essa nova dinâmica imposta pela conformação de uma nova fronteira agrícola no Cerrado produziu novas territorialidades e impôs um novo tempo na região a partir de suas especificidades. Ficam evidentes os processos territorialização-desterritorialização-reterritorialização – TDR's provocados por uma lógica que ignora os espaços de vida e as relações e expressões sociais e culturais de camponeses que

veem a terra como trabalho e fonte de vida, e não vinculada a exploração, acumulação e produção de riqueza.

Novas ruralidades são expressas de forma evidente em uma das áreas de abrangência desse bioma: o Triângulo Mineiro, oeste do estado de Minas Gerais. A proximidade com as áreas pioneiras do setor sucroenergético no Brasil, como o interior do estado de São Paulo, o apoio e aparelhamento do Estado por parte do capital agroindustrial, e a dificuldade de acesso a políticas públicas a pequena produção, são alguns dos motivos pelos quais a região apresenta essa dinâmica e dificulta a reprodução dos camponeses, a exemplo das diversas comunidades rurais ali presentes.

Encontramos também nessa região uma grande diversidade de camponeses que tem na terra seu sustento e sua morada, a *terra de trabalho*, espalhados em diversas comunidades. Vários deles acabaram sendo diretamente afetados pelo grande crescimento no número de usinas para produção de agrocombustíveis, principalmente nos últimos vinte anos.

Nos estudos que venho realizando na região do Triângulo Mineiro, percebo que as paisagens resultantes dos “mares de cana” não eliminaram as unidades de produção camponesa. Trata-se de um produtor que, na relação secular com o cerrado, estabeleceu sua produção dentro de um ciclo reprodutivo que se diferencia das demais lavouras comerciais (sobretudo soja e milho) as quais são, em sua grande maioria, produzidas por agentes altamente tecnificados. (SANTOS, 2009, p. 3-4).

A comunidade Boa Esperança, situada a aproximadamente 30 km da sede do município de Frutal, extremo sul do Triângulo, passou por grandes mudanças na sua dinâmica territorial a partir da instalação (2006) e operação (2009/10) da Usina Cerradão, um grande projeto de investimento conjunto entre os grupos Queiroz de Queiroz e Pitangueiras para a exploração agroindustrial da cana-de-açúcar. Podemos observar uma perda da autonomia e dos processos de realização dos interesses dos camponeses, o que nos aponta para uma forte submissão dos pequenos agricultores, a partir da territorialização da agroindústria canavieira, porém, as expressões culturais como algumas festas religiosas, juninas, torneios de futebol amador, rodas de viola, catira, ainda estão presentes e dão vida a comunidade, remontando a um passado não tão distante e que vislumbra um futuro com possibilidades, ainda que remotas, de manutenção dessas práticas comunitárias.

Diante dessa complexidade de relação entre o setor agroindustrial, representado pela Usina Cerradão, e os camponeses da comunidade Boa Esperança, propusemos nesse texto contextualizar o debate acerca da Reestruturação Produtiva e a inserção do meio técnico-científico-informacional no campo do Triângulo Mineiro (a partir da década de 1970), analisando a conjuntura política, econômica e social, com destaque para o município de Frutal (MG) e a territorialização do setor sucroenergético, bem como os multiterritórios forjados a partir da relação entre capital e campesinato.

### **Modernização agrícola e a opção pelos agrocombustíveis**

A partir principalmente da segunda metade do século XX, os rumos tomados pelo Estado brasileiro mantiveram a estrutura fundiária existente no país desde sua invasão. As elites agrárias e os governos não resolveram os problemas de distribuição de terra e acesso à renda por determinada parcela da sociedade, e contribuíram de forma significativa para a consolidação do que se convencionou chamar de a industrialização da agricultura no país.

Esse movimento, que anos mais tarde possibilitou a introdução do meio técnico-científico-informacional no campo, tem suas raízes no pós II Guerra e na incorporação do modelo da Revolução Verde. As explicações para o atual momento da agricultura brasileira, como ela se desenvolveu e quais seus fundamentos, estão intrinsecamente ligadas ao processo de reestruturação ocorrido nesse período, que acabou por levar a produção no campo a uma condição subordinada em relação à indústria e ao modo de produção capitalista, em um processo de internacionalização da atividade agrícola que tinha como pano de fundo os rumos intencionados pelos países de capitalismo avançado.

Como salienta Graziano da Silva (1980), para responder as necessidades dessa incorporação da agricultura à indústria, houveram algumas mudanças nas relações de trabalho que preservaram ou até mesmo agravaram problemas agrários históricos no país, havendo simultaneamente

- a) Um aumento na oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações;
- b) A agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira “industrialização da agricultura”, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e

máquinas geradas pelo próprio setor industrial. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 30-31).

Portanto, por conta da infinidade de produtos químicos e tecnologia empregada, a produção por hectare aumentou, rompeu barreiras naturais que impossibilitavam tal crescimento produtivo e transformou de vez os sistemas agrícolas. A partir de então a agricultura se globalizou, o ciclo econômico se estruturou, recebendo produtos da indústria (inseticidas, fertilizantes, maquinários e etc.) e aumentando a oferta de matéria-prima.

Como demonstrado por Elias (2003) o estreitamento de relações entre a produção agrícola e o restante da economia constitui importante fator quando se quer distinguir a agricultura contemporânea daquela existente antes da revolução tecnológica, pois foi justamente em razão dessa aproximação que a agricultura se subordinou aos ditames do grande capital. O resultado foi a dependência da produção agrícola ao processo produtivo como um todo, com um grande agravante: a forma como a terra está distribuída.

Com a introdução de ciência, tecnologia e informação na agropecuária, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas, que passaram a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo no aumento da produção e da produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas. (ELIAS, 2003, p. 54).

Em relação a distribuição da terra, após a decadência do regime fundiário escravista, sob pressão da Inglaterra, a Lei de Terras, juntamente com a Lei Eusébio de Queirós, que abolia o tráfico de escravos (1850), estabelecem mudanças nas relações agrárias que metamorfoseiam a classes senhorial e escravista, porém não rompem com sua estrutura. Elas controlam de uma só vez, o acesso a terra (apenas mediante compra) e o mercado de trabalho, fixado no país e transformado em uma diversidade de camponeses. Moreira (1990) esclarece essa relação íntima entre as duas leis.

Uma lei vem para regular a outra. Num anúncio público do fim do acesso à terra por meio de concessões pelo Estado, a Lei de Terras estabelece o mercado como regra do caminho. Doravante, só se adquire terra mediante compra. Por conseguinte, só a quem a pode comprar fica ela assim franqueada, excluindo-se desse acesso quem não tem recursos, o que quer dizer a quase totalidade da população. Dessa forma, embora seja um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só

tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho. (MOREIRA, 1990, p. 36).

A monopolização da terra se acentua durante a produção cafeeira, que sustentou a economia brasileira até a década de 1930, sofrendo os reflexos da crise de 1929. A indústria começa a ser pauta para o progresso econômico das elites agrárias, concomitantemente aos anos em que a Revolução Verde começa a ser empregada à agricultura nacional.

Com o pretexto de que faltariam alimentos caso não houvesse uma mudança drástica na forma de produzir, com a elevação da produção sendo possível apenas com o uso dos produtos vindos da indústria, a Revolução Verde acabou por introduzir pacotes que tirariam a necessidade do produtor de se adequar ao ritmo da natureza, podendo fazer uso de técnicas e produtos que relegassem as condições naturais a segundo plano no processo, garantindo o lucro das indústrias, exigindo uma mão-de-obra cada vez menor, aumentando a produção e garantindo matéria-prima em abundância após a colheita.

Nesse momento, a agricultura passou a ter as funções de suprir a crescente industrialização, com os recursos necessários à sua instalação, e de alimentar a crescente população urbana. Ela deixa de ser voltada exclusivamente para o mercado externo e passa a contribuir de forma mais significativa para o mercado interno. Para promover o aumento da produção e da produtividade agrícola, a partir de meados da década de 1960, o Estado, por meio de suas instituições de pesquisa e em cooperação com empresas multinacionais, reestruturou, mesmo que de forma seletiva, o sistema técnico agrícola brasileiro, por meio da implantação do paradigma da Revolução Verde. Este foi proposto e implementado por vetores externos como instituições dos EUA e multilaterais (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Banco Mundial e USAID), com a cooperação de instituições criadas em várias partes do mundo. No Brasil, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), criada em 1973, foi a principal difusora dos novos sistemas técnicos agrícolas. O caso do café é emblemático: o governo federal pagou para remover os cafezais considerados anti-econômicos e concedeu crédito fácil para a compra de culturas substitutivas, desde que fossem as culturas de grande consumo de fertilizantes e agrotóxicos desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em parceria com grandes empresas multinacionais. (FREDERICO, 2010, p. 31)

A transformação da agricultura em uma parte da indústria acarretou danos severos à natureza e à população rural. Toneladas de produtos químicos se tornariam a base da produção de alimentos e levariam a um processo de degradação ambiental e alimentícia nunca visto na história da humanidade. Juntos, a agricultura e a indústria banalizaram a natureza e fizeram dela secundária. Os incontáveis problemas ambientais



acarretadas com a agricultura destruíram e continuam a destruir ecossistemas inteiros, mudando microclimas e transformando a atmosfera terrestre. Os solos estão se empobrecendo e em muitos lugares os processos de desertificação são vistos com clareza. Soma-se a isso a qualidade do alimento que chega até o consumidor, com grandes quantidades de produtos químicos e alterações genéticas, posto que ao entrar no sistema o produto não só afeta a própria planta, mas também solo, cursos d'água, e a própria fauna como peixes e aves.

Após um período de crescimento desse modelo nos países de economia periférica (América Latina, África e parte da Ásia), onde ele foi empregado com mais facilidade, algumas consequências como a crise do petróleo e a crise ambiental e social dela resultante, fazem suscitar o debate acerca da necessidade de uma nova matriz energética como opção ao combustível fóssil.

Esse momento marca a inserção do Cerrado brasileiro na economia agrário-exportadora nacional. O apelo sustentável dos agrocombustíveis colocou o etanol como uma das principais saídas para as crises emergentes na década de 1970, e seria a partir dele que os processos produtivos seriam mais uma vez reestruturados e o capital agroindustrial ganharia força nessa região do país.

A partir da modernização e industrialização da agricultura, ocorre outro processo marcante para o campo brasileiro: a formação dos Complexos Agroindustriais – CAI's. Esse momento levou a difusão de ciência e tecnologia em todas as dimensões territoriais de uso e ocupação do espaço agrário, o que denota, de acordo com Frederico (2010),

[...] a difusão do meio técnico-científico no campo brasileiro, por meio da disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, da mecanização da agricultura, da internalização da indústria de insumos agrícolas, do financiamento estatal e da especialização do trabalhador agrícola. (FREDERICO, 2010, p.32)

Diante da impossibilidade de adquirir os novos sistemas técnicos, os pequenos produtores são impossibilitados de se enquadrarem à nova lógica presente no território, o que leva a uma verdadeira submissão às determinações do capital. Esse processo ocorreu com grande força no Cerrado, onde a transferência das usinas do Nordeste, a proximidade com as zonas pioneiras como São Paulo e Paraná, e a inserção de

tecnologia para a adaptação dos solos a esse tipo de produção, foram algumas das razões para a “conquista do Cerrado” ser efetivada.

O papel do Estado brasileiro na adoção de políticas neoliberais que facilitassem o acesso a terra por grandes multinacionais também foi marcante nesse momento, sendo ele financiador e regulador da agricultura. Esse processo foi chamado por Graziano da Silva (1998), de a “Terceira Revolução Agrícola”, ainda que o conjunto de inovações se difunda de maneira extremamente seletiva.

As grandes empresas de grãos agora exercem o papel de financiamento, armazenamento e transporte da produção, caracterizando um grande complexo, onde apenas uma empresa, ou fusões e aquisições de empresas proporcionam a detenção de todo o processo produtivo em oligopólios agroindustriais.

O Cerrado, então, passa a receber um grande número dessas agroindústrias, em um processo que se deu de forma rápida por se tratar de uma região ainda pouco inserida na dinâmica agrícola e grandes áreas ainda passíveis de investimentos.

A presença dos novos sistemas técnicos no território promoveu um aumento vertiginoso da área e da arena de produção agrícola [...]. O principal evento que demonstra essa ampliação foi a expansão da agricultura moderna em direção ao Cerrado. Nesta região, a difusão dos sistemas técnicos modernos se deu de forma acelerada e com uma maior perfeição, porque a constituição técnica pretérita era pouco significativa. As verticalidades se implantaram de forma proeminente, sem sofrer quase nenhum tipo de resistência que pudesse barrá-las ou transformá-las. (FREDERICO, 2010, p. 33).

Esse processo marca a inserção definitiva do Cerrado brasileiro e das regiões do Brasil Central na agricultura moderna. A partir da inserção de tecnologia e informação no campo (meio técnico-científico-informacional), os solos pouco férteis são “corrigidos” e o *front* agrícola avança, direcionado pelo Agronegócio e as monoculturas para exportação.

Essa efetivação de uma nova fronteira agrícola nacional se deu a partir de culturas (ou monoculturas) para exportação, como é o caso da cana-de-açúcar, que além do mercado externo, abasteceria também o mercado interno do etanol, criado a partir do Programa Nacional do Álcool – PróÁlcool, no ano de 1975, que tinha o objetivo de incentivar a produção e uso de álcool em substituição à gasolina, derivada do petróleo e que estava passando por grave crise econômica. A cana-de-açúcar foi definida como a



principal matéria-prima para a produção sucroenergética, pois trazia maior retorno econômico que outras culturas, e contava com a conveniência em relação ao açúcar e sua baixa no mercado internacional. Substituir a produção por álcool seria o mais rentável e oportuno no momento.

Para Houtart (2009) o etanol, assim como o agrodiesel produzido a partir de óleos vegetais, por serem agrocombustíveis da primeira geração, representaram para o momento uma oportunidade diante das crises energética e climática que se aceleravam, a partir de um ideário sustentável a qual o petróleo, sendo um combustível fóssil, já não se enquadrava. Diante desse aspecto renovável o qual o petróleo também já se enquadrava, o autor esclarece

Sin embargo, esa comprobación solo toma en cuenta la combustión propiamente dicha. Ahora bien, aparte de los aspectos sociales de los que hablaremos más adelante, estamos obligados, para llegar a conclusiones realistas, a introducir el cálculo del ciclo desde la producción a la distribución de los agrocombustibles. (HOUTART, 2009, p. 109-110).

A produção desses agrocombustíveis seguiu os moldes empregados pelo agronegócio, e passaram a ser produzidos a partir de monoculturas e produção em larga escala, o que impacta severamente as populações sujeitas à produção agroindustrial, bem como os recursos naturais a que faz uso. Como apontado por Campos (2014), tal preocupação ambiental e social estiveram presentes nos momentos de consolidação das políticas públicas de apoio à sua produção, como é o caso da proibição da queima total da cana e da mão-de-obra infantil, primeiramente no estado de São Paulo, no ano de 1977. “Os interesses comuns do complexo canavieiro, como o papel do álcool como combustível líquido, tributação, meio ambiente, cogeração de energia e abertura de mercados externos, permitiram sua estabilidade atual” (CAMPOS, 2014, p. 51).

Apesar da preocupação inerente aos processos expansão da produção do etanol no país, evidenciam-se os impactos acerca da monocultura, que utiliza grandes quantidades de insumos químicos, como é o caso do Ethrel<sup>3</sup>, pulverizado na cana para acelerar seu processo de maturação, além da expulsão ou submissão de camponeses à lógica corporativa, o que os distanciam da autonomia e das relações comuns às quais os equilíbrios de suas atividades proporcionam.

---

<sup>3</sup> Ethrel é um regulador de crescimento com tecnologia Bayer Agro, pulverizado na cana-de-açúcar através de aviões.

Sendo assim, a partir da década de 1970, o agronegócio canavieiro levou o Brasil a uma posição de destaque na produção de agrocombustíveis, em razão da experiência adquirida nas décadas que se seguiram ao PróÁcool e a expansão da produção e do uso dessa matriz, bem como os impactos da crise energética e ambiental e seu apelo sustentável.

No Triângulo Mineiro, essa expansão se deu principalmente a partir da década de 2000, fruto da consolidação da região Centro-sul e da articulação entre grandes grupos voltados ao agronegócio no Triângulo, como no caso do Queiroz de Queiroz em Frutal (MG), que detinha certa experiência na produção agrícola de grãos e da própria cana-de-açúcar, e viu nessa cultura uma oportunidade de expandir seus lucros familiares.

Outro aspecto importante para esse processo foi a modernização da agricultura e a possibilidade de melhorias técnicas em relação às áreas antes dificultadas pelas suas condições naturais, onde a adubação química e a incorporação de maquinários facilitaram o acesso às terras do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Assim, o intervencionismo estratégico do Estado, visando planejar um Brasil industrializado, resultou na consolidação da agroindústria canavieira no Centro-sul, ampliando a demanda interna por açúcar e álcool, que tinham como pano de fundo o processo de urbanização do país. Estes programas, além de viabilizarem a modernização das técnicas na agricultura, facilitaram a expansão das fronteiras agrícolas para regiões como do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que, até neste momento, abrangia como principais práticas a criação de gado de corte e cultura de grãos. Posteriormente, com a implantação dos programas de incorporação das áreas de Cerrado, a região consolidou a agricultura empresarial, tornando-se *locus* privilegiado para investimentos do agronegócio. (SOUZA, 2012, p. 67-68).

As consequências dessa expansão e consolidação no Triângulo Mineiro se intensificaram na atualidade. O município de Frutal recebeu duas usinas nos últimos quinze anos, e os efeitos para os camponeses e comunidades são evidenciados no crescimento das cidades vizinhas, como Planura e Itapagipe, em razão da expulsão de tais camponeses e da migração decorrente da oferta de emprego em determinados períodos do ano, bem como nos modos de vida e na reprodução social dos camponeses que ainda permanecem no campo, e na qualidade ambiental, com a destruição de grandes áreas de Cerrado em razão da expansão da área agrícola da usina.

As imposições dessa nova Reestruturação Produtiva marcam o fim do século XX e início do XXI, seguindo os moldes conservadores e antidemocráticos optados pelas elites e o Estado brasileiro historicamente. A homogeneização dos processos produtivos e a restrição a modelos alternativos, bem como a não solução dos problemas ambientais, são alguns dos efeitos observados na comunidade Boa Esperança, os quais resultam em novas territorializações, desterritorializações e reterritorializações – TDR's e complexificam as relações de poder e submissão presentes nesses embates.

### **Agricultura camponesa e produção do território**

O domínio exercido sobre o espaço, sua apropriação a partir de segmentos como o Estado e empresas multinacionais, conformam relações de poder expressas em territorialidades distintas daquelas anteriormente observadas, como é o caso da Usina Cerradão e a relação com a comunidade Boa Esperança. A tecnologia exerce papel importante para as ações dos grupos capitalistas, e incorporam novas intencionalidades a partir das modificações empregadas.

Ressaltamos, como assinalado por Haesbaert (2002), a importância de dar-se voz aos territórios alternativos à lógica dominante e hegemônica, os “contra-espços”. Nesse sentido, entende-se que falamos de

[...] um espaço-território que é sempre, e ao mesmo tempo, espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, e espaço diferentemente apropriado, através do qual se produzem símbolos, identidades, enfim, uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos. Este espaço geográfico que participa ou compõe, direta ou indiretamente, nossas relações cotidianas, com seus muros, fronteiras, suas infovias, suas imagens, seus fluxos, suas “rugosidades”, este é o grande universo em que, aqui e ali, tímida ou mais incisivamente, procuramos desenhar nossos “territórios alternativos”. (HAESBAERT, 2002, p. 10-11)

Uma análise que integre todos os aspectos vinculados às relações de poder estabelecidas no espaço se faz necessária para entendermos os efeitos de sua apropriação por parte dos agentes hegemônicos, como no caso das grandes empresas multinacionais. Corroboramos com o autor ao propor uma visão do território como multiescalar e multidimensional, referindo a uma relação política e econômica, bem como cultural e simbólica. Em outra passagem, o autor aponta a diferença entre as concepções aqui assinaladas.

Sobriariam então duas possibilidades: ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com uma dinâmica própria, ou trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, precisamos de alguma forma partilhar um espaço que, no seu conjunto, integre nossa vida econômica, política e cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 76)

Trabalharmos o território a partir da segunda perspectiva adotada pelo autor nos é imprescindível para entendermos as dimensões da apropriação exercida pela usina sobre a atividade camponesa da comunidade Boa Esperança, visto que o caráter econômico ou político desse processo não se estabelece sem mudanças na cultura dos camponeses, nos símbolos que regem sua vida cotidiana. Cada aspecto se vincula ao outro, conformando multiterritórios com diferentes perspectivas, mais ou menos ligados à lógica capitalista.

As diversas formas de produção e apropriação do território foram também expressas por Saquet (2007), quando, ao falar da necessidade de abordarmos o território a partir de suas relações e processos, estabelece uma análise (i)material do espaço. De acordo com ele, tenta-se “construir uma abordagem (i)material do território, que também possa possibilitar a apreensão de aspectos da relação *matéria-ideia*, em unidade, destacando os fatores e processos político-econômicos.” (SAQUET, 2007, p. 122).

A abordagem deste autor está centrada na relação espaço-tempo, ou seja, não há modificações no espaço que não interfiram diretamente no tempo, e se vincula também à apropriação material e cultural-simbólica do espaço. Há, portanto, a coexistência de tempos nos múltiplos territórios.

A abordagem relacional, processual e (i)material que estou tentando construir, reconhece a unidade dos tempos histórico e coexistente, as discontinuidades e aspectos da relação sociedade-natureza. [...] Há uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças e de continuidades, no tempo e no espaço, através do trato da processualidade histórica e transescalar que denomino de articulação territorial. (SAQUET, 2007, p. 131).

As constituições dos territórios e dos tempos se articulam a partir das relações sociais estabelecidas no espaço. O aparato técnico, por vezes, é o principal responsável pelas diferenciações no tempo-espaço, e é nesse sentido que a lógica corporativa das usinas sucroenergéticas convivem com territórios alternativos à sua lógica, bem como

os modificam, resultando em desterritorializações e novas territorializações a partir da sua chegada.

Compreendermos o território e suas expressões (territorialidades) a partir dessas perspectivas nos é imprescindível para abarcarmos, em nossa análise, a realidade atual da comunidade Boa Esperança e dos camponeses sujeitos à expansão da agroindústria sucroenergética. Identificam-se outros tempos, novas territorialidades e multiterritórios a partir da chegada e operação da Usina Cerradão na comunidade, a qual representa o território do capital, que coexistem com tempos outros, que, por assim dizer, se configuram como não capitalistas.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de forma desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. (FERNANDES, 2009, p. 201).

Historicamente, a produção do território camponês se mostrou paralela ao desenvolvimento do capitalismo no campo, porém, sua permanência e suas expressões advêm justamente dessa relação, visto que o uso da terra para fins lucrativos e de acumulação levam a novas expressões e formas de manutenção de seus modos de vida e equilíbrios internos.

Os territórios alternativos a esse processo, que se pretende homogêneo, sustentam grandes discussões acerca da capacidade de se manterem, como ocorreu no início do século XX na Rússia, onde pensadores de diferentes vertentes buscaram compreender as metamorfoses empreendidas no campo daquele país a partir do desenvolvimento do capitalismo naquela região.

As concepções se vinculavam, como assinalado por Ploeg (2016) em questões fortemente inter-relacionadas, sendo que

As mais importantes se debruçavam, antes de mais nada, na definição da posição de classe do campesinato – uma questão que estava nitidamente ligada a assuntos práticos, como a natureza das coalizões e o papel que partes distintas da população pode exercer em processos revolucionários. Em segundo lugar, havia extenso debate sobre a estabilidade das formas (ou “modos”) de produção do estilo camponês. Será que eles inevitavelmente se

desintegrariam ou seria possível serem reproduzidos ao longo do tempo? Ou haveria processos desiguais, porém combinados, de desaparecimento e reconstituição? Em terceiro lugar, as pessoas envolvidas na transição para o socialismo consideram a agricultura camponesa como algo a ser continuado ou transformado? (PLOEG, 2016, p. 4).

O marxismo ortodoxo, representado por autores como Kautsky (1986) e Lenin (1980), não acreditavam, naquele momento, na permanência do campesinato frente ao avanço do capital no campo, algo que poderia estar ligado especificamente ao processo em curso naquele país, ou seria observável em vários cantos do mundo, no qual a Rússia seria apenas mais um representante, guardando suas especificidades.

Essa crença no desaparecimento do campesinato está vinculada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura. Esse processo se daria a partir da proletarização ou expropriação desses camponeses, ou mesmo uma diferenciação interna do campesinato, a qual levaria a formação de camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, e camponeses ricos, que se tornariam pequenos capitalistas. Essa diferenciação ocorreria em razão da modernização do campo, não havendo lugar para a pequena produção e a manutenção dos modos de vida camponês na sociedade emergente.

Fato é que o campesinato não se findou com o avanço do capital, e sim continua se reinventando, se reestruturando na relação conflituosa a qual se faz necessária em diversos aspectos. As formas ditas não capitalistas de produção integram o próprio movimento do capital, sendo este último incapaz de homogeneizar todo o espaço, de produzir sem criar desigualdades, ou de oferecer possibilidades de trabalho e renda para todas as esferas sociais.

Em contraposição às teorias e crenças de Kautsky e Lenin, Chayanov (1974) já assinalava, a partir de estudos sobre o núcleo familiar camponês, que o campesinato apresentava relações e equilíbrios internos distintos daqueles averiguados pela forma capitalista. Há grande heterogeneidade em cada unidade camponesa, as quais se mostram capazes de se adaptarem e reconstituírem-se a partir de relações distintas aos modelos “externos”.

O ponto central da perspectiva chayanoviana é observar que, embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele. Na verdade, é governada por um conjunto de equilíbrios. Tais equilíbrios associam a unidade camponesa, seu funcionamento e seu desenvolvimento,



ao contexto capitalista mais amplo, porém de formas complexas e definitivamente distintas. Esses equilíbrios são princípios de organização. Eles modelam e remodelam o modo como os campos são lavrados, como o gado é criado, como o trabalho de irrigação é construído e como as identidades e relações mútuas se desenrolam e se concretizam. (PLOEG, 2016, p. 9),

É justamente no âmbito dessa complexidade de equilíbrios que a heterogeneidade da agricultura camponesa se estabelece, e naquele momento, Chayanov pôde identifica-las e construir uma teoria oposta aos marxistas clássicos, o que levou a severos debates e influenciou uma gama de pensadores e teóricos que o procederam.

Para ele não haveria um processo de dissolução do campesinato, mas sim, a partir de seus equilíbrios internos, de reinvenção a partir das condições dadas pelo capitalismo.

A diferenciação, para Chayanov, longe de ser possibilidade de descamponização, era uma estratégia de manutenção da condição de camponês diretamente relacionada com o ciclo de desenvolvimento da família e, portanto, indispensável à compreensão da permanência camponesa. Para o autor, o que estava em curso no campo russo não era um processo de desigualdade e antagonismo de classe no seio do campesinato, numa competição própria da lógica capitalista que levaria inflexivelmente à desintegração do mundo camponês. Mas, sim, um conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que partia da família para a terra, portanto, da avaliação subjetiva das necessidades do núcleo familiar. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 33).

Apesar da heterogeneidade, os equilíbrios da unidade camponesa, para Chayanov, eram baseados em dois principais aspectos, os quais devem ser balanceados em cada uma dessas unidades (PLOEG, 2016). A relação entre trabalho e consumo, bem como entre penosidade e utilidade, perpassam todas essas unidades e estabelecem a unicidade de cada núcleo familiar camponês.

Como dito por Paulino e Almeida (2010), conta mais o caráter subjetivo da família, as suas capacidades, aptidões, escolhas, enfim, as possibilidades diante de sua força de trabalho, do lazer, do consumo e etc.

Ploeg (2016) propõe então uma amplificação da teoria de Chayanov, buscando identificar equilíbrios para além dessas duas premissas familiares (trabalho-consumo e penosidade-utilidade), considerando que a agricultura camponesa e tais equilíbrios podem oferecer bases para a identificação das formas organizativas atuais desse modo de produção, atualizando o conceito e a própria teoria de Chayanov, restrita ao tempo e ao espaço de sua época.

Concordamos com o autor por acreditarmos na orientação do campesinato a partir das situações adversas durante sua lida com as premissas do capital. O território camponês segue uma lógica que se comporta como verdadeiros “contra-espços” (HAESBAERT, 2002) dentro mesmo do modo de produção capitalista, e a interdependência entre os diversos fatores que compõem seu território, seja em relação à sua representatividade cultural (símbolos, identidades), ou mesmo sua materialidade (terra, trabalho, consumo), são considerados para que se busque um equilíbrio ótimo da unidade.

A lógica empregada pela agroindústria sucroenergética na comunidade Boa Esperança, a qual desconsidera esses aspectos e visa uma relação de produtividade extrema, utilizando dos recursos que a terra oferece e do trabalho alheio para a geração de lucro e acumulação, faz com que as unidades camponesas ali existentes se reorganizem, busquem novos equilíbrios para resistirem e se manterem, reterritorializando-se a todo o momento.

### **Os Grupos Queiroz de Queiroz e Pitangueiras em Frutal (MG)**

Uma das principais influências para a reprodução social dos camponeses na comunidade Boa Esperança, e para grande parte da produção em pequena escala, é justamente o processo de avanço do *front*<sup>4</sup> canavieiro em direção às áreas de Cerrado do Brasil Central. Esse processo ocorreu primeiramente no interior dos estados do Paraná e São Paulo, o qual a ocupação de áreas com relevo e clima próximos aos encontrados no Cerrado mineiro, goiano e sul mato-grossense, facilitaram a instalação das usinas.

A ocupação dessas áreas se deu em função da consolidação do Complexo Agroindustrial canavieiro da região Centro-sul do país, motivado por alguns fatores como a perda de monopólio dos senhores-de-engenho nordestinos e a dificuldade de inserção de maquinários na produção, como demonstrado por Campos (2014).

Nesse contexto, a região Centro-Sul começou a receber suas primeiras unidades de produção e áreas de cultura da cana-de-açúcar. Dentre elas, estavam unidades oriundas do Nordeste – algumas filiais de empreendimentos tradicionais do Nordeste que viram um potencial de desenvolvimento na região, expandindo seu capital. Essa expansão deu-se não apenas devido ao descrédito dos produtores nordestinos, mas também

---

<sup>4</sup> Acepção de movimento. Para ver mais, consultar: FREDERICO, Samuel. O novo tempo do Cerrado: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de sementes. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

devido às constantes secas que motivaram o envolvimento de novas áreas, e até mesmo a transferência de algumas unidades para o Centro-Sul. (CAMPOS, 2014, p. 37).

A constituição do Complexo Agroindustrial do Centro-sul se efetivou primeiramente a partir dos estados de São Paulo e Paraná, porém, apesar do primeiro ainda concentrar a maior produção, outros estados da região, como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, já detém parte significativa do total produzido.

Alguns grupos presentes no Triângulo Mineiro efetivaram sua atuação no setor a partir da gestão de empresas do ramo no estado de São Paulo, como o Pitangueiras (Família Andrade, de Ribeirão Preto), os quais viam grandes possibilidades de crescimento econômico o investimento na região, como constatado por Souza (2012) em seu trabalho sobre a territorialização do agronegócio no município de Frutal

Com a possibilidade de aumento da utilização do etanol, intensificada no ano de 2006, os usineiros da região de Ribeirão Preto entraram na corrida por investimentos na expansão de seus domínios rumo às áreas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Neste contexto, vários grupos procuraram o empresário Adalberto Queiroz para instalar uma usina no município de Frutal, de maneira que cada grupo (sócio) representaria 50% das ações da empresa (SOUZA, 2012, p. 97).

Esse processo de fusão de capitais ocorrido entre o grupo do empresário citado anteriormente, o Queiroz de Queiroz, e o da Família Andrade, no município de Frutal, representa o avanço dos investimentos no interior paulista em direção ao Triângulo Mineiro.

A aproximação e negociação se deram entre fortes representantes da elite agrária regional. A Família Queiroz, mesmo sem tradição no setor sucroenergético, atuava em diversas atividades como a plantação de grãos e da própria cana-de-açúcar para abastecimento das usinas da região. Porém, é na pecuária que o grupo se destaca.

No caso da família Queiroz, a estrutura de confinamento para o gado, em Frutal, comporta a engorda de 17 mil animais. Há, ainda, outros 4,2 mil bovinos confinados em uma fazenda arrendada no município de Riolândia (SP). O rebanho total inclui mais 30 mil animais mestiços, mas com base nelore, que dividem o espaço com a cana em oito fazendas. Para dar conta do projeto de intensificação, essa estrutura e a sua gestão vêm sendo sistematicamente modernizadas. (DINHEIRO RURAL, 2017).

De acordo com o Gerente de Produção Agrícola da Usina Cerradão, um dos propósitos da atuação do grupo no setor sucroenergético foi também o sonho da Família Queiroz em fixar suas futuras gerações no município de Frutal, o que inevitavelmente

levaria ao investimento na cana-de-açúcar. A experiência no setor sucroenergético então foi substituída pela disponibilidade de terras do grupo e aspectos naturais atrativos, aliados a políticas de apoio do governo federal para ampliação da produção canavieira (SOUZA, 2012), além do interesse cosmopolita dos Queiroz.

O Triângulo Mineiro concentrou, no ano de 2016, quatro das cinco maiores produções de cana-de-açúcar do estado (em quantidade produzida), sendo elas: Uberaba, Frutal, Conceição das Alagoas e Campo Florido. Juntas, chegaram ao ano de 2015 com a marca de 16.501.340 toneladas de cana produzidas (IBGE, 2015), cerca de 25% da produção total do estado, com perspectivas de aumento para os próximos anos. Para se ter uma ideia, apenas a Usina Cerradão tem mais de 37.000 ha de área plantada no município de Frutal (MG), e uma perspectiva de chegar aos 60.000 ha até o ano de 2019 (informação colhida no campo).

A operação das usinas no município levou a chegada de um grande número de imigrantes em busca do emprego gerado pelas mesmas, assim como uma maior demanda por infraestrutura e equipamentos urbanos nas cidades próximas, como Frutal, Itapagipe e Planura. As duas usinas são responsáveis por um grande número de empregos gerados na região. Observamos relativa dependência econômica do município de Frutal (MG) em relação ao setor sucroenergético, seja para a geração de renda e empregos, bem como para a geração de divisas para o estado.

### **A “boa” esperança: primeiras percepções**

É muito perigoso morar ali. Olha, se aquela cana pega fogo eu não sei o que vai ser daquelas casas. Tá tudo cercado. Tem cana no quintal das casas. Se vem fogo com vento é perigoso não dá tempo nem de correr. E os aviões? Nossa, tinha dia que eu achava que ele cair na minha cabeça. Chegava a correr pra dentro de casa com medo. (Entrevista 01, Agosto de 2017).

A angústia relatada pelo entrevistado, já residente na cidade de Frutal (MG), demonstra a realidade encontrada hoje por grande parte dos camponeses que ainda vivem nas redondezas da Usina Cerradão. A camponesa em questão relata que dava a vida pela comunidade Boa Esperança, que tinha grande amor em realizar as festas, em ajudar os que necessitavam, enfim, em manter o espírito comunitário entre eles. As dificuldades em se manter aumentaram com o AVC do marido, o qual nunca havia tido problema grave de saúde, e o avanço da cana em seu quintal, a qual a impossibilitou de produzir seus alimentos.

O veneno mata tudo. Nada mais deu depois que começaram a passar aqui em cima. Os mamãozinhos nem crescem e já estão maduros, e se demorar muito apodrecem. As couve, os alface, tudo perdia alguns dia depois que o avião passava. Ai não dava pra ficar. O marido ficou doente, não tinha médico lá pra gente correr se precisasse, ai viemos embora. Mas eu ainda volto! Ô se volto! (Entrevista 01, Agosto de 2017)

Os relatos voltados ao Ethrel são vários. Na Escola Municipal Odílio Fernandes, em uma única vez que o avião passou na comunidade sem desligar o jato de veneno, foi perdido mais de 800 pés de alface, em uma horta que abastece grande parte da comunidade. O movimento na horta demonstra o aspecto comunitário ainda presente, o que de acordo com o zelador “é pra todo mundo”, e todos os dias muitas pessoas passam para pegar seu pé de couve, repolho, alface e temperos.

A usina Cerradão ocupa uma área cada vez maior desde sua instalação, no ano de 2006. De acordo com informações colhidas em campo, a perspectiva para os próximos três anos é de que praticamente se duplique tal área. Diversas propriedades estão passando pela mesma situação observada acima, o que dificulta e muitas vezes impossibilita, como ocorreu neste caso, a permanência na comunidade. Para o Gerente de produção Agrícola da Usina (Entrevista 04), sobram terras e mão-de-obra na região, seja para arrendamentos ou para compra, algo que, portanto, não será um obstáculo para o avanço em outras propriedades.

A quantidade de maquinários utilizados na produção também mudou o cotidiano da comunidade. No período seco, a poeira toma conta do ambiente, e a mínima quantidade de vegetação nativa agrava o problema, visto que o microclima na área é transformado, e as temperaturas, nitidamente, são maiores dentro do canal.

Apesar da fase de análise se encontrar no início, e considerarmos que poucos dados foram colhidos em relação aos camponeses, algumas características relacionadas à nova dinâmica incorporada à comunidade pela agroindústria sucroenergética já foram evidenciadas e apontam para uma intensa reorganização territorial nos últimos dez anos.

Porém, ainda podemos identificar esforços para a manutenção de relações de proximidade entre os grupos que compõem a comunidade, seja por parte dos camponeses, dos moradores ou pela paróquia e a escola. Em relação a essa última, ela sempre foi responsável por exercer um papel agregador entre os pais dos alunos, buscando estar próxima às famílias através de reuniões e festas.

No início de agosto de 2017, podemos fazer parte da festa de “São João”, realizada um tempo depois do mês de julho para ser comemorada juntamente com o início do semestre, pois, como constatado pela diretora, “os recursos estão escassos, mas não queremos deixar de realizar as festas. A burocracia também está dificultando a realização delas, mas ainda buscamos fazer, pelos alunos e pela comunidade” (Entrevista 03, agosto de 2017).

Entendemos que a territorialização da usina afeta diretamente os modos de vida desses camponeses e da comunidade como um todo, porém os vínculos encontrados e alimentados por eles são um esforço, mesmo que inconsciente, de ainda permanecerem no campo, de lutarem por seu território e disputarem, através de uma reciprocidade característica do modo de vida camponês, seu lugar no rural contemporâneo.

A realidade é outra, e as adaptações e reinvenções são necessárias para dar-se conta dos novos tempos incorporados à comunidade. A classe camponesa, assim, não dá sinais de que pode acabar, mas sim de que buscará, dentro de um modelo que por vezes o afronta, uma mudança para a sociedade e as relações humanas, mesmo que esse horizonte esteja distante, como uma utopia.

## Referências

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 1. 157p

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI:** Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Cap. 7. p. 121-131.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9:** Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Cap. 1. p. 23-34.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura:** A região de Ribeirão Preto - SP. São Paulo: Edusp, 2003. 400 p.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado:** Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense S.A., 1980



HOUTART, François. **La Agroenergía: Solución para el clima o salida de la crisis para el capital**. Habana: Ruth Casa, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2007.

IANNI, Octavio. A utopia camponesa. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Cap. 3. p. 55-70.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 9: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Cap. 2. p. 35-53.

\_\_\_\_\_. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Cap. 9. p. 145-158.

MÉLO, Béth. **Tem boi no canavial**. 2017. Disponível em: <<http://www.dinheirorural.com.br/tem-boi-no-canavial/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005. Cap. 1. p. 15-40.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática S.A, 1986. 88 p.

PLOEG, Jan Douwe van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: Um manifesto chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Unesp; Ufrgs, 2016.

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ufrgs, 2006. Cap. 1. p. 13-54.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 1. p. 17-35.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.